



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA PRISCILA RODRIGUES DE LIMA

**ANALISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs): Uma
Reflexão a Partir da Experiência do Estágio Supervisionado**

CAMPINA GRANDE – PB

2016

MARIA PRISCILA RODRIGUES DE LIMA

**ANALISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs): Uma
Reflexão a Partir da Experiência do Estágio Supervisionado**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) em cumprimento as exigências para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marília Tomaz de
Oliveira**

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732a Lima, Maria Priscila Rodrigues de
Análise do exercício profissional do assistente social nas organizações não-governamentais [manuscrito] : uma reflexão a partir da experiência do estágio supervisionado / Maria Priscila Rodrigues de Lima. - 2016.
29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira, Departamento de Serviço Social".

1. Terceiro setor. 2. Organização não-governamental - ONG. 3. Assistente social. 4. Estágio supervisionado. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

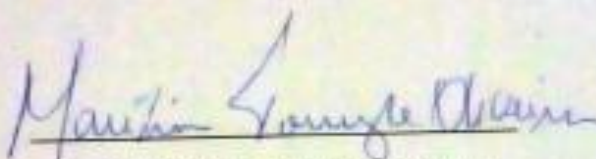
MARIA PRISCILA RODRIGUES DE LIMA

**ANALISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS(ONGs): Uma
Reflexão a Partir da Experiência do Estágio Supervisionado.**

Nota: 10,00

Aprovado em: 16 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Marília Tomaz de Oliveira

Departamento de Serviço Social da UEPB

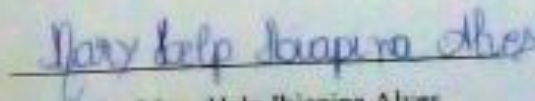
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Auri Donato da Costa Cunha

Departamento de Serviço Social da UEPB

Examinadora



Mary Help Ibiapina Alves

Supervisora do Estágio Supervisionado

Assistente Social e Coordenadora do Projeto "Cooperar para melhor coletar e a vida
melhorar"- Coordenadora do Programa Direitos e Igualdade de Gênero – CENTRAC

Examinadora

Dedicatória

Ao Deus por excelência, autor da minha vida que tem sempre cuidado de mim.

À minha família, minha base à qual dedico meu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que sempre esteve comigo, me guiando com sabedoria por esta trajetória acadêmica.

Grata a minha “mainha” (Lourdes), meu “painho” (Wlisses) e meu esposo (Ronnie) que sempre me apoiaram incentivando a batalhar pela realização dos meus sonhos. Meus irmãos (ãs) - Wilson, Carlos, Aparecida e Jéssica, vocês são indispensáveis pra minha vida.

Não poderia deixar de agradecer as minhas companheiras, Jeane, Sueli, Valdênia, Mary e Patrícia, amigas que conquistei durante essa trajetória acadêmica sem dúvidas vocês foram essenciais para enfrentar essa jornada de uma forma divertida.

A minha orientadora Marília Tomaz, sempre tão prestativa, dona de uma paciência admirável, seus ensinamentos foram indispensáveis para conclusão desse artigo.

Grata a todos os professores, supervisoras de estágio curricular e extra curriculares, e demais profissionais que contribuíram de forma significativa nesta minha formação.

A instituição CENTRAC – Centro de Ação Cultural pela experiência de estágio inesquecível que a mim foi proporcionada.

A CATAMAIS – Cooperativa de Catadores/as de Materiais Recicláveis de Campina Grande, na qual pude através do Programa de Extensão, compartilhar conhecimentos adquiridos durante o curso, assim como aprender com as experiências de cada cooperado, o que me fez ampliar o olhar com as desigualdades de classe.

Enfim, que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito? Dele provém a minha força de vontade pra vencer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL BRASILEIRO	8
2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS ONGS NO BRASIL	9
2.1 Considerações e particularidades das Organizações Não Governamentais.....	9
2.2 Campos de Atuação das ONGs	11
3. ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AS ONGs E IMPLICAÇÕES NO EXERCICIO PROFISSIONAL	13
4. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR	16
4.1 Caracterização e Breve Trajetória Histórica do Centro de Ação Cultural- CENTRAC.....	16
4.2 Situando a Experiência de Estágio	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
6. REFERÊNCIAS	24

ANALISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs): Uma Reflexão a Partir da Experiência do Estágio Supervisionado

Autora: Maria Priscila Rodrigues de Lima¹

RESUMO

Com a crise estrutural do capital e sua necessidade de reorganização, na década de 1990 no Brasil dar-se a consolidação do projeto neoliberal, o que culmina em um processo de redefinição do Estado o qual transfere para o terceiro setor a responsabilidade de atender as necessidades sociais da população e privatiza alguns direitos essenciais da sociedade. É nesse contexto que as Organizações Não-Governamentais (ONGs), surgem como expressões da sociedade civil organizada e tornam-se um novo campo sócio ocupacional para o profissional de serviço Social. Para melhor compreendermos a referida temática o presente artigo objetiva analisar o exercício profissional do serviço social nas ONGs analisando primeiramente o surgimento do terceiro setor no contexto neoliberal brasileiro, seguida de uma abordagem acerca da trajetória histórica das ONGs no Brasil, seguida de uma análise quanto a atuação do serviço social junto as ONGS e suas implicações no exercício profissional. A opção pela temática deu-se, a partir da experiência do Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social na instituição CENTRAC- Centro de Ação Cultural nos anos 2014 e 2015. O presente artigo configura uma revisão bibliográfica, e sistematização da Experiência de Estágio Supervisionado com análise de materiais já elaborados. A partir da reflexão da temática é possível constatar que o Assistente Social ao mesmo tempo em que vivencia, enfrenta as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho. Podemos concluir, constatando a atuação de profissionais comprometidos com o projeto ético-político do Serviço Social na busca de uma constante capacitação teórica, política, técnica e operativa para realizar ações no sentido de efetivar os direitos frente a possibilidades e limites impostos pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Projeto Neoliberal; Organização Não-Governamental (ONG); Serviço Social; Exercício Profissional; Terceiro Setor.

INTRODUÇÃO

As transformações no processo produtivo decorrentes da crise do capital se deram por volta dos anos 60 e 70 e culminaram na reorganização do papel do Estado frente suas relações com a sociedade civil e o mercado, gerando uma redução dos direitos sociais e privatização dos direitos essenciais, a exemplo da saúde, assistência, educação, entre outros. Nesse contexto surge a necessidade de uma transformação societária e de alterações no padrão de enfrentamento da “questão social”, emergindo o terceiro setor como instrumento funcional ao projeto neoliberal que preconiza o capital e busca transferir as demandas sociais para a sociedade que foi a mais prejudicada dentro desse novo cenário de reestruturação do capital.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Este fenômeno contemporâneo se apresenta como “porta voz” de uma sociedade civil organizada por meio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs), Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros, favorecendo também a criação de um novo espaço sócio ocupacional para atuação do profissional de Serviço Social.

As ONGs emergiram na América Latina no final década de 70 e grande parte de 80, estando articuladas aos movimentos sociais como assessorias. Na história política brasileira esse termo se generaliza nos anos 80, porém é somente no início dos anos 90 em resposta a desmobilização de alguns movimentos que dar-se o crescimento em termos numéricos dessas organizações, passando a se auto identificar como ONGs, deixando de atuar como “coadjuvante” dos movimentos para conquistar autonomia e lugar de destaque frente á sociedade. Essas instituições estimulavam o aumento do voluntariado e da solidariedade sendo financiadas por parcerias ou até mesmo pela própria sociedade civil.

De acordo com Gohn (1997) essas instituições supracitadas vêm passando por metamorfose desde sua gênese, porém sempre tiveram por base de atuação a esfera da sociedade civil. Atualmente se dividem em três campos de atuação, o campo do assistencialismo, campo do desenvolvimentismo e campo da cidadania, estes, embora tenham surgido em contextos diferentes, pode coexistir no mesmo espaço.

Dentre os campos de atuação das ONGs acima citadas, o presente artigo trará como enfoque o campo da cidadania, tendo por “mola” propulsora para estudo da referida temática a experiência de estágio realizado no Centro de Ação Cultural – CENTRAC. A qual se configura como uma organização da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos.

Buscaremos inicialmente analisar o contexto o surgimento do terceiro setor dentro do contexto neoliberal, seguindo de um estudo acerca do surgimento/trajetória das ONGs no Brasil e suas implicações no exercício profissional do Assistente Social à medida que essas instituições se configuram como novo espaço sócio ocupacional de atuação, e por fim ressaltaremos a experiência de estágio supervisionado dentro de uma ONG. Almejamos através deste estudo contribuir tanto por trazer a tona aspectos importante para análise da prática profissional do assistente social nas Organizações Não Governamentais-ONGs, como para a formação acadêmica dos novos profissionais de Serviço Social.

1. SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL BRASILEIRO

Para compreender a atuação profissional do Assistente Social nas Organizações Não Governamentais – ONG - e conseqüentemente no Terceiro Setor -visto que as ONGs são expressões deste- é necessário inicialmente entendermos a historicidade dessas organizações nas ultimas décadas, analisando sua importância no contexto histórico de consolidação do projeto neoliberal no Brasil.

Em novembro de 1989 reuniram-se nos Estados Unidos para o Consenso de Washington, organizações de financiamento internacional, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional de Desenvolvimento- BIRD e o Banco Mundial. Objetivando criar diretrizes que visavam o desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo e serviriam como base de implementação a serem seguidas por países da América Latina (PENA 2016).

Na década de 90 tem início o processo de contrarreforma do Estado brasileiro durante o governo de Fernando Collor (1990-1992) e posteriormente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). O Brasil aderiu os ideários estabelecidos no Consenso de Washington, adotando um novo modelo ideológico a ser seguido pelo Estado enquanto atuação e intervenção, iniciando processos de grandes transformações na conjuntura econômica e social, levando o país a redução dos gastos públicos e dos direitos sociais, crise fiscal e privatização dos patrimônios estatais; com esse ajuste neoliberal as expressões da questão social se agravam e o capital se efetiva cada vez mais.

A política neoliberal surgiu em resposta à crise estrutural do capital, configurando-se por um conjunto de medidas ideológicas que visam um Estado mínimo frente à política de proteção social e sua intervenção na economia. Neste cenário de desqualificação dos direitos conquistados pelas intensas lutas da classe trabalhadora, cresce o número de subemprego, desemprego, há flexibilização das leis trabalhistas, redução do salário, aumento da desigualdade social, entre outros; ocorrendo então, um agravamento das expressões da “questão social”. Antunes, (2009) pontua:

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, como a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor

produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...]. (ANTUNES. 2009, p.33)

Frente aos ditames neoliberais o Estado repassa para as organizações da sociedade civil e de iniciativa privadas a responsabilidade para execução dos serviços de cunho social o que alteram de forma significativa as políticas sociais deixando de possuir caráter universal – garantia da Constituição de 1988 – e passando a ter caráter seletivo, focalizado e descentralizado. A sociedade civil inicia um processo intensivo de criação de instituições nas mais variadas áreas, a fim de assistir a sociedade vulnerabilizada e buscando suprir parte das expressões sociais deixadas pelo neoliberalismo. É nesse contexto que emerge o denominado Terceiro Setor como um novo espaço sócio ocupacional do Assistente Social. Segundo Simões (2010):

Passou-se a denominar terceiro setor o conjunto de atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dedicam ao fornecimento de serviços básicos de assistência, saúde e educação, pesquisa, filantropia, consideradas de interesse público [...]. Essas atividades têm sido concebidas como um novo setor para a solução de problemas sociais decorrentes da organização da sociedade civil [...]. (SIMÕES. 2010, p.472)

Para Montano (2008) o terceiro setor trata-se de “um novo enfrentamento da questão social”, uma denominação equivocada para designar um fenômeno social que traz consigo uma forte funcionalidade ao projeto neoliberal.

Atualmente o terceiro setor tem sido acompanhado por discursos ideológicos de solidariedade e caridade, embora configure um retrocesso nos direitos sociais vem sendo vista como organizações mais eficientes em detrimento de um Estado ineficiente e burocrático.

Podemos citar como categorias representativas do terceiro setor: Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), Instituições Filantrópicas, Fundações Empresariais, entre outras.

Dessas entidades representativas do terceiro setor acima citadas analisaremos a seguir a história e trajetória das ONGs no Brasil.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS ONGS NO BRASIL

2.1 Considerações e particularidades das Organizações Não Governamentais

As modificações que ocorreram ao longo dos tempos e as metamorfoses que se fizeram presente na forma ideológica que o Estado se apresenta diante da sociedade, propiciaram repasses de prestação de serviços para organizações não governamentais, empresariais ou sem fins lucrativos. O aumento do número das ONGs expressa diferenciação do seu perfil à medida que se transformam em novos sujeitos políticos. Quando estudamos/refletimos sobre o “terceiro setor” observamos que há alguns autores que defendem o fortalecimento da sociedade civil democratizada e organizada e outros que entendem o “terceiro setor” como funcional ao ideário neoliberal. Tendo enfatizado a existência das diferentes visões a respeito desse fenômeno, ressaltamos que no decorrer do artigo citaremos os diferentes campos de atuação das ONGs, estando entre este, o campo da cidadania, as ONGs cidadãs, que não se identificam por integrantes do terceiro setor devido sua forma de atuação frente à sociedade civil. Scherer-Warren, (1995) define as ONGs:

Organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global). (SCHERE-WARREN, 1995:165, Apud GOHN, 1997, p.55).

Segundo Gohn, (1997) a expressão ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas-ONU, na década de 1940, com intuito de designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”. Ao analisarmos a trajetória histórica das ONGs notamos que estas emergiram na América Latina ao final década de 70 e grande parte de 80, estando articuladas aos movimentos sociais como assessorias. Ou seja, tinham por missão “contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados dos organismos estrangeiros” (MONTANO 2008, p 271).

Na história política brasileira a generalização desse termo se data nos anos 80, porém é no início dos anos 90 com a desmobilização de alguns movimentos que dar-se um crescimento em termos numéricos das entidades que se auto identificaram como ONGs, passando a ganhar autonomia e conquistar lugar de destaque frente à sociedade. Alguns atores

datam este surgimento no Brasil desde a época Colonial, se referindo ao trabalho das entidades religiosas caritativas que atuavam de forma assistencial e/ou filantrópica - estas ainda não se autodenominavam não governamentais, até mesmo porque a Igreja e o Estado não eram separados por lei.

De acordo com Gohn (1997), no Brasil o termo ONG “Trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas” (GOHN 1997, p.60).

Vale ressaltar que existem diferentes campos de atuação das ONGs, sendo estes: assistencialismo, desenvolvimentismo e campo da cidadania. A seguir analisaremos individualmente e brevemente de que se tratam e como se dar/deu sua atuação na esfera da sociedade civil.

2.2 Campos de Atuação das ONGs

Embora as ONGs tenham passado por metamorfose desde sua gênese elas sempre tiveram por base de atuação a esfera da sociedade civil. Atualmente existem três campos de atuação dessas organizações, que embora tenha surgido em contextos diferentes, podem coexistir no mesmo espaço, são estes: o assistencialismo - por meio da filantropia-, o do desenvolvimentismo - programas de cooperação internacional entre ONGs e agências de fomento, públicas e privadas – e campo da cidadania – ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direito sociais (GONH 1997).

O campo da filantropia configura-se um verdadeiro retrocesso histórico, posicionando-se como agente de bem-estar e passando a “substituir” o Estado na execução de políticas públicas. Mas, não podemos desconsiderar que para as classes menos favorecidas sempre foram imprescindíveis às intervenções do campo filantrópico, a exemplo do Brasil que durante a Primeira República quando a questão social era questão de polícia o assistencialismo se apresentou como solução para o atendimento de setores carentes da Previdência Social inexistente. Entretanto é notório que no Brasil antes da constituição não existia um aparato legal que permitisse à sociedade lutar pela sua subsistência e seus direitos sociais, assim, toda reivindicação era tratada como caso de polícia como foi supracitado, então o campo filantrópico se apresentava como uma solução que assistia a sociedade e ao mesmo tempo atraía novos adeptos por associar a caridade como uma missão da igreja.

O campo do desenvolvimentista surgiu na América Latina após os anos 70, neste período as instituições que não se voltavam para o lucro começavam a ser identificadas como

“sem fins lucrativos” e grande maioria das ONGs passavam a se enquadrar nesse modelo desenvolvimentista. Este tem por público alvo a população mais desfavorecida, ou seja, aqueles setores carentes que estavam envolvidos com os projetos de desenvolvimento econômico local e desde o seu surgimento, essa modalidade vem passando por grandes metamorfoses em seu percurso histórico como cita Gohn (1997):

[...] Esta modalidade passou por várias etapas históricas, que vão desde a simples busca de integração de setores rurais ao “estilo de vida urbano”, até os atuais programas de desenvolvimento auto-sustentado, voltados para a criação de unidades produtivas que tenham como meta a auto-suficiência ao longo da história. [...]. (GOHN. 1997, p.56).

O campo da cidadania está ligado a associações e movimentos sociais, ele surge na retração do Estado para a área social, que ocasionou em um processo de organização da sociedade civil mais amplo, entendamos que as ONGs que aderem essa modalidade não se consideram parte integrante do “terceiro setor”- como assim é as supracitadas - por terem uma perspectiva que evoca o mundo da política, da participação e do ativismo militante. A criação de estruturas formais de levantamento, sistematização e encaminhamento das demandas acrescido da instauração de uma rede de solidariedade entre as estruturas formais criadas foram que conferiram legitimidade a essas ONGs.

Com o passar dos anos as ONGs cidadãs vão crescendo em forma numérica e em diferentes esferas de atuação, no Brasil, por exemplo, Gohn (1997) cita a existência de quatro:

Um grupo muito forte é constituído pelas entidades e ambientalistas e ecológicas de uma forma geral. Estas nasceram e vêm acompanhando a existência de vários movimentos sociais, [...]. Outro grupo é formado pelas ONGs de assessoria a movimentos populares. São grupos de profissionais liberais que se uniram e criaram “escritório técnicos” [...] ou entidades de apoio à organização popular no que se refere a sua relação com os poderes públicos, [...] . Um terceiro grupo é formado por entidade de assessoria a categorias determinadas como grupos de sindicalistas, [...]. Um quarto grupo é formado por entidades de composição social com predominância das camadas médias, voltadas para o apoio também às camadas médias. São as antigas e já clássicas associações voluntárias, organizada para a defesa de grupos específicos. Elas abrangem setores sociais mais informados da sociedade e atuam muito na área do consumo [...] (GOHN, 1997, p.62-63).

Em síntese, as ONGs que outrora eram tidas como apoio dos movimentos populares, ao decorrer da história vem conquistando maiores espaços. Demarcadas por um caráter político e econômico se constituem em espaços coletivos e servem de mediadoras das políticas de articulação entre comunidade organizada e governo, tendo ao longo dos anos

conquistado maior legitimidade frente a uma esfera carente de intervenção. É necessário que saibamos fazer distinção entre organizações de movimentos, em resumo as ONGs são mais burocráticas e se baseiam na ação racional, já os movimentos são o misto de racional/não-racional e em certos momentos também podem ser tidos por irracionais.

As ONGs no Brasil passam a constituir-se como novo campo de atuação do profissional de Serviço Social. Para melhor entendermos, sequenciaremos com uma análise da atuação dessa referida categoria profissional dentro desse novo espaço sócio ocupacional.

3. ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AS ONGs E IMPLICAÇÕES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

As ONGs se intensificam no Brasil como espaço sócio ocupacional do Serviço Social na década de 1990, quando então passou a exigir deste, novas competências e habilidades profissionais. Ressaltamos que as ONGs não defendem a ideia de substitutos da intervenção do Estado para com a sociedade civil, porém as do campo assistencialista e campo desenvolvimentista ao assumirem esta função em um contexto de redução da responsabilidade do Estado com o social acabam contribuindo com o processo de privatização e precarização dos serviços sociais, não reagindo concretamente a este processo, sendo em muitos casos, financiadas pelo Estado através de parcerias ou por organizações internacionais que seguem esta mesma lógica.

O Serviço social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, num campo tensionado pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho (também resultado desta relação contraditória), tende a sofrer os reflexos da privatização e da transferência das políticas sociais e assistenciais para o terceiro setor e especialmente para as ONGs em “resposta” à redução do Estado nesta área. O debate em torno da atuação do Serviço Social nas ONGs envolve temas diversos, dentre estes: participação social, conflitos de interesse, relação entre Estado e sociedade civil, novas formas de fazer política, capacitação e formação de sujeitos sociais, financiamento de ações, entre outros. Iamamoto (2009) comenta:

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte a racionalização do

funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional da “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interesses por esse mesmo serviço (IAMAMOTO. 2009, p.112).

Refletir a prática dos assistentes sociais nessas entidades implica compreender que a ele cabe interpretar as expressões da questão social, mantendo-se sempre atualizado quanto ao seu fazer profissional. Ao atender as necessidades da “questão social” através da realização dos serviços sociais, concomitantemente e contraditoriamente há uma reprodução dos interesses do trabalhador e do capital, mas a esse profissional fica optativo defender uma ou outra classe, num entanto é de suma importância que sua atuação se faça de forma crítica a realidade, na busca de viabilizar aos usuários acesso aos direitos que muitos desconhecem, observando sempre os princípios da equidade, liberdade, justiça social e igualdade.

O serviço social tem sua essência de atuação na intervenção da realidade compreendida em toda a sua complexidade tem sido um grande desafio “O Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade [...]” (IAMAMOTO, 2001, p.55). A mediação aparece como categoria fundamental para o desvendamento dos fenômenos reais e a intervenção do assistente social.

[...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional (IAMAMOTO, 2001, p.55-56).

Os espaços de atuação dos assistentes sociais lhes requerem cada vez mais qualificação, tendo análise crítica da realidade social e uso das mediações no exercício profissional, sendo interventivo, propositivo e pesquisador diante das demandas que lhes forem apresentadas. Para que haja uma real efetivação do trabalho do assistente social nas ONGs lhes é exigido competência para: planejar, formular e elaborar projetos sociais que envolvam e atendam as necessidades dos usuários de tais políticas; também é necessário conhecimento acerca de variadas temáticas, bem como legislação social, orçamento público, captação de recursos, gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, realização de pesquisa, conhecimentos técnicos dos indicadores sociais, entre outros. Portanto é necessário que este busque uma formação contínua para aperfeiçoamento de suas competências prestando seu serviço com qualidade e aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.

As ONGs trabalham a partir de programas e projetos, estes por sua vez precisam de financiadores para ser efetivados, podendo - caso não haja aprovação do projeto – gerar descontinuidade do trabalho com a saída do profissional, causando uma grande rotatividade de assistentes sociais que por sua vez se tornam vítimas da falta de estabilidade desses espaços. A presença de contratos terceirizados e/ou prestação de serviços oferecidas através de convênios atrelam-se a precariedade instabilidade e temporalidade nestas organizações. Embora os contratos financiados por algumas dessas instituições ofereçam uma menor carga horária, na prática o profissional trabalha muito além, “submetendo-se” a redução de seu salário e dos direitos trabalhistas, surgem profissionais polivalentes sendo-lhes exigido cumprimento das metas contratuais dentro do tempo determinado pelos mesmos, entre outras consequências geradas a partir da relação capital-trabalho.

Diante do exposto nos é necessário uma reflexão crítica quanto a forma que esses espaços oportunizam o exercício profissional com vista ao Código de Ética da Profissão. Cabe, portanto a toda categoria lutar para que essas organizações sejam espaços de consolidação dos princípios da ética profissional fortalecendo o compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada e superando a ordem social do capital.

Outra questão importante que precisa ser mencionada é a presença de Assistentes Sociais dentro dessas instituições, comprometidos com o que “prega” o projeto ético-político que exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, com competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, que defendem projetos que ampliam direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais.

Podemos citar algumas atribuições dos Assistentes Sociais, no que tange a ONG analisada – CENTRAC, a exemplo: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhamento de providências, prestação de orientação social a indivíduos, grupos e a população; realização de estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades, entre outros.

Ainda na instituição analisada podemos encontrar Assistentes sociais que realizam a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tencionam, buscando construir e implantar estratégias que reforçam

os direitos de seus usuários, dessa forma, fortalecem o protagonismo das classes subalternas na esfera pública.

Como já abordado ao início deste artigo, o presente trabalho é fruto da experiência em campo de estagio supervisionado obrigatório, o qual relataremos no tópico que segue.

4. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

4.1 Caracterização e Breve Trajetória Histórica do Centro de Ação Cultural-CENTRAC

O Centro de Ação Cultural - CENTRAC configura-se como uma organização da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada em 24 de Setembro de 1987, estando situado na Rua Rodrigues Alves, nº 672 no bairro da Prata na cidade de Campina Grande-PB.

A instituição tem por missão “Contribuir para a formação de uma cultura cidadã, com ênfase nas políticas públicas, junto à sociedade civil organizada ou não que esteja empenhada na consolidação da democracia com justiça social, através da participação e do controle social da gestão pública” (CENTRAC, 2011).

Atualmente “possui” equipe técnica multidisciplinar composta por profissionais com formação nas áreas de: Serviço Social, Sociologia, Economia, Engenharia Agrícola, Psicologia, Administração, Comunicação Social, Técnicos Agrícolas e Serviços de Assessoria Contábil. Além desses profissionais, a instituição conta com uma rede de colaboradores nas áreas de: Direito, Economia, Assistência Social, Zootecnia entre outras.

Em seus primeiros anos, a instituição desenvolveu atividades de caráter político-educativo e organizativo, principalmente no que diz respeito às mobilizações, estruturação e fortalecimento de sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais diversos no município. A partir da Constituição Federal (1988) há uma abertura para participação da sociedade civil frente às políticas públicas em nível Municipal, Estadual e Federal, diante dessa nova conjuntura o CENTRAC passou a dar prioridade à participação popular no processo de elaboração e de fiscalização das Leis Orçamentárias - em 1993, esta se torna eixo central de atuação da instituição - tais ações objetivam orientar, motivar e mobilizar cidadãos

e cidadãs na luta pela efetivação dos direitos já assegurados em lei e os direitos a serem conquistados, é importante mencionarmos que nesse período quase todo o financiamento dos programas e projetos na instituição eram internacional.

Em 1993 a organização amplia sua área de abrangência para mais dois municípios do Estado da Paraíba: Lagoa Seca e Nova Palmeira. Entre 1997 e 2009, foram desenvolvidos projetos apoiados pela cooperação internacional, com ações de sensibilização, capacitação e mobilização para a participação e o controle social dos orçamentos públicos municipais, especialmente as políticas públicas sociais. Um ponto importante a citar é que a instituição desenvolve desde 2010 a Campanha “Combate à corrupção: nós podemos mudar essa história”. Em 2004 foi desenvolvido o primeiro projeto no campo da economia solidária, baseado na produção de alimentos alternativos com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), (CENTRAC, 2011).

Em 2006, face aos novos desafios políticos, sócio-econômicos, ambientais e culturais, o CENTRAC passou por um processo de discussão interna em seu Planejamento Estratégico ampliando sua atuação a partir da criação de novos programas para melhor alcance de sua missão. São eles: desenvolvimento sustentável; direitos e igualdade de gênero; controle social da gestão pública; juventude e participação política. Desde então vem desenvolvendo ações no campo da economia solidária, desenvolvimento sustentável, direitos das mulheres, controle social e participação política. (CENTRAC, 2011, p.21).

Neste mesmo ano foram formalizados convênios com entidades de ensino superior em nível federal e estadual e parcerias com outras entidades da sociedade civil. De acordo com o Formulário para Apresentação do Projeto Básico (CENTRAC, 2011) no mesmo período, através do Projeto de Extensão Transformar para incluir, apoiado financeiramente pelo CNPq/MCT, realizado pela UEPB, o CENTRAC iniciou o desenvolvimento de atividades com o segmento de catadores/as de materiais recicláveis em Campina Grande – PB; em 2008-2009 o referido Projeto foi transformado através da UEPB em Programa de Extensão permanente o que possibilitou desenvolvimento de ações de incubação da organização econômica dos/as catadores/as, formações específicas em cooperativismo, economia solidária, cidadania, participação social, e ainda da articulação de arranjos sociais e institucionais que favorecessem melhores condições de trabalho para o segmento.

Em 2013 a instituição passa a desenvolver o Projeto **COOPERAR PARA MELHOR COLETAR E A VIDA MELHORAR: Apoio às Condições de Vida e Trabalho dos/as Catadores/as dos Municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas, do Estado da**

Paraíba. O projeto tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e trabalho de catadores e catadoras, com políticas adequadas de gestão dos resíduos sólidos, nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas, localizados no Estado da Paraíba. Ainda em 2013 o CENTRAC em articulação com o Departamento de Serviço Social da UEPB implanta o campo de estágio supervisionado, vinculando o Projeto supracitado ao Programa de Extensão/ UEPB “MELHOR COLETAR É A VIDA MELHORAR: apoio as condições de trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis da Cooperativa CATAMAIS”.

Ao longo de sua trajetória, o CENTRAC tem estimulando a participação na intervenção no orçamento público, objetivando garantir que as experiências desenvolvidas pelos grupos sejam incluídas nos planos municipais, estaduais e nacionais como forma de valorizar as dinâmicas locais. Essas ações objetivam orientar, motivar e mobilizar cidadãos e cidadãs na luta pela efetivação dos direitos já assegurados em lei e os direitos a serem conquistados (CENTRAC. 2011).

A instituição oferece, ainda, publicações próprias e materiais didático-pedagógicos para distribuição gratuita, como cartilhas, livros, vídeos, boletins e informativos com temas relacionados aos conteúdos trabalhados pela instituição.

4.2 Situando a Experiência de Estágio

A experiência de estágio supervisionado deu-se início em 26 (vinte e seis) de maio de 2014 tendo por duração um ano e meio, abrangendo assim os anos 2014 e 2015. Neste tópico buscaremos descrever as ações desenvolvidas pelos estagiários junto ao Centro de Ação Cultural (CENTRAC) em parceria com o Programa de Extensão supracitado “**MELHOR COLETAR É A VIDA MELHORAR**” vinculado ao Estágio Supervisionado do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). As ações desenvolvidas pelo referido programa estavam ligadas ao Projeto “Cooperar Para Melhor Coletar e a Vida Melhorar” que abrange os municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas-PB.

A sociedade contemporânea a cada dia exacerba mais as diferenças de grupos, enquanto uns são tidos como os detentores do poder, outros vivem a margem da sociedade capitalista, incentivadora de um consumo desenfreado, e por o segundo grupo citado não se

encaixar nos parâmetros impostos por esta sociedade, acabam por se tornar possuidores de uma invisibilidade acompanhada pelo preconceito e indiferença da sociedade vigente.

Frente a esse processo de invisibilidade social, detemo-nos aos catadores de materiais recicláveis, segmento este que vem tendo um significativo crescimento nos últimos 50 anos. Não tendo uma melhor possibilidade de inclusão social, essa categoria, enfrenta sol e chuva, em busca de uma sobrevivência através da venda dos materiais recicláveis. Embora seja uma atividade que contribui com a melhoria do meio ambiente, ainda é vista com olhar de punho preconceituoso, não tendo reconhecimento social, uma vez que se dá no nível da informalidade e é marcada por estigmas, sendo o mais evidente, a imagem do catador associada ao lixo, como pessoas que vivem dos restos, das sobras, e que deve ser mantida a distância por oferecerem perigo, já que muitas vezes estão mal trajados.

A partir do entendimento que essa invisibilidade sofrida por parte dos catadores resulta claramente na dificuldade de acesso dos catadores aos programas de políticas públicas, aos direitos sociais garantidos na constituição federal brasileira, condições mínimas de cidadania garantida pelo Estado; o referido projeto em seu contexto geral objetiva a inserção social e econômica dos/as catadores/as, bem como, sensibilizar os gestores públicos na elaboração de políticas públicas adequadas a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS, conscientizar a sociedade civil quanto à importância da coleta seletiva através da divulgação de informações, além de procurar criar canais para que o segmento de catadores saia do âmbito da invisibilidade social e se protagonizem enquanto sujeitos de direitos na busca pelo acesso aos serviços e programas de políticas públicas voltadas à categoria.

As atividades desenvolvidas enquanto estagiárias (três alunas) se deram inicialmente a partir de visitas domiciliares, e institucionais aos Centros de Referência de Assistência Social –CRAS- Estratégias de Saúde da Família do Sistema Único de Saúde -ESF/SUS- Unidades Básicas de Saúde da Família - UBSFs - Sociedade de Amigos de Bairro - SAB, Clube de Mães, mercado central, e Rádio Comunitária do distrito de Galante e de alguns bairros de Campina Grande e Lagoa Seca para busca ativa de catadores/as que frequentam estes serviços e/ou moram nas imediações dos mesmos.

Tais visitas visavam identificar o público alvo do Projeto “Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar” - catadores de materiais recicláveis - sensibilizando-os para conhecer a importância de se “vincularem” a tal projeto, inicialmente por meio de cadastros

individuais do perfil socioeconômico para então saírem da invisibilidade social tornando-se cidadãos e cidadãos de direito.

Participamos de reuniões para traçar ações de organização para formação dos catadores de materiais recicláveis e gestores públicos dos três municípios de abrangência do Projeto. Tais formações seriam efetivadas através de seminários, oficinas e cursos, estes sendo aplicados tanto a catadores já organizados por empreendimentos, quanto aos que até então trabalhavam de forma não adequada, em “lixões” ou nas ruas de forma precária, individual ou familiar.

Foram realizados três seminários -01 por município- intitulados: “Desafios para inclusão socioeconômica dos catadores na Política Municipal de Resíduos Sólidos - PMRS”, durante tais eventos foi lançada/ apresentada à campanha **“Recicle seu preconceito e o Transforme em Respeito:** uma campanha de valorização dos/as catadores/as de materiais recicláveis”, para sua divulgação foram usados cartazes, vt de televisão de abrangência estadual, folders e spots em rádios locais e de abrangência de outros municípios e outbuss em ônibus intermunicipais da região.

Os seminários foram realizados nas cidades de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas, entre os meses de junho a agosto de 2014. Contou com a participação de centenas de pessoas, dentre elas representantes do Movimento Nacional dos Catadores/as, catadores organizados e não-organizados, gestores públicos, estudantes/pesquisadores da temática, representantes da Secretaria de Educação e Saúde, representantes de Associações Comunitárias Rurais, Agentes Comunitários de Saúde, Coordenadores do Departamento do Meio Ambiente e da Ação social e sociedade civil.

Dando Início ao processo de formação dos catadores de materiais recicláveis e gestores públicos, participamos de 06 oficinas temáticas – duas em cada município- estas, abordaram os temas “Aspectos jurídicos, sociais e econômicos para constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários, na coleta, na triagem e no beneficiamento de materiais recicláveis”, “Política Nacional de Resíduos Sólidos” e “Plano Municipal de Gestão Integral de Resíduos Sólidos”. Estas oficinas envolveram gestores públicos municipais e catadores, objetivando sensibilização para participação na elaboração de planos municipais de gestão dos resíduos sólidos.

Após as oficinas participamos dos cursos (dois módulos com duração de sete horas cada, sendo 10 turmas de 40 pessoas) de capacitação e formação de catadores em Economia Solidária e Direitos Humanos, nas cidades de abrangência do projeto. Dialogamos acerca de enfrentamento a pobreza, proteção e promoção dos direitos humanos de mulheres, Constituição Federal de 1988, ditadura militar 1964 e erradicação do trabalho infantil, assuntos pertinentes para conhecimento e aprimoramento profissional da categoria.

É importante ressaltar nossa participação na articulação junto aos coordenadores do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), dialogando acerca da disponibilidade de equipes para a inserção e/ou atualização de cadastro dos catadores/as na referida instituição _ essa interlocução se deu nas cidades Campina Grande, Queimadas e Lagoa Seca. Essa ação se deu a partir de um projeto de intervenção elaborado pelas estagiárias para ser posto em prática dentro da instituição, alcançando o público de catadores que estão inseridos no projeto “Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar”, sendo este feito considerado de suma importância, visto que vários catadores/as ainda não são inscritos no Número de Identificação Social –NIS.

Uma experiência impar, que não podemos deixar de mencionar, foi nossa participação na Expo Catadores 2014, realizada em São Paulo nos dias 01,02 3 03 de dezembro, trata-se de “um evento Latino Americano de negócios com exposição de palestras, oficinas e estandes (tecnologia, reciclagem, compostagem, logística reversa e tratamento de resíduos)”. A Expo Catadores tem iniciativa/organização do Movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis-MNCR e da Associação Nacional dos/as catadores/as de Materiais Recicláveis - ANCAT. É um momento para troca de experiências, disseminação de conhecimentos e tecnologia para a gestão eficiente de resíduos sólidos, reuniu um público oriundo de todos os estados brasileiros, América Latina e representantes de outros países.

O campo de estágio também nos proporcionou participar de atos, manifestações e debates, a exemplo: ato alusivo ao Dia Internacional da Mulher “Machismo mata todos dias”, ato contra a Redução da Maioridade Penal e, contra o Projeto de lei que favorece a terceirização do trabalho

Enfim, o conhecimento adquirido a partir de aprofundamento teórico, questionamentos, reflexões, análises e “atuação” frente à busca da efetivação de políticas de direito que contribua para melhoria de vida dos usuários –neste caso do estágio citamos os

beneficiários do projeto- proporcionou experiências únicas para aprimoramentos do conhecimento acerca da atuação do Assistente Social frente as expressões da questão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui empreendidas buscaram analisar o exercício profissional do Serviço Social no âmbito das ONGs, entendendo que se trata de uma temática relevante, no que se refere à atualidade e tem exigido dessa categoria profissional aprimoramento teórico para que sua atuação se efetive com qualidade. Ao se conceber as ONGs como um campo da atuação do Assistente Social, tal profissional passa a enfrentar obstáculos consideráveis em sua ação e consequentemente nos resultados destas ações, visto que em muitos casos as ações se dão de forma descontinuada em consequência do encerramento do prazo de abrangência dos contratos firmados com os financiadores.

Constatamos que as ONGs são expressões do Terceiro Setor e neste espaço sócio ocupacional o Serviço Social contraditoriamente e simultaneamente atende as demandas do capital e as demandas da classe trabalhadora, na medida em que se insere no movimento de produção e reprodução da vida social, responde as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, bem como participa do processo de reprodução dos interesses do capital.

No decorrer deste artigo observamos que as ONGs combinam um discurso progressista e conservador, com algumas de suas intenções interligadas por práticas do voluntariado. Esse é um ponto pelo qual afirmamos a necessidade de uma concepção crítica, para que não haja fortalecimento da imagem do profissional relacionada à caridade em detrimento do direito. Reafirmamos a necessidade de uma análise crítica das relações sociais, tendo em vista que como atuante em vários âmbitos o assistente social enfrenta inúmeros desafios, contradições e particularidades.

Nesse espaço laboral o Assistente Social acaba por enfrentar a exploração do trabalho a instabilidade, polivalência, redução dos direitos trabalhistas, baixos níveis salariais pressão quanto cumprimento das metas dentro do tempo proposto no projeto etc. Ou seja, ao mesmo tempo em que vivencia também enfrenta as expressões da exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Enfim, cabe não somente a categoria, mas todo cidadão de forma conjunta lutar

por uma sociedade onde os direitos sociais, civis e políticos sejam efetivados, onde a liberdade, equidade e justiça sejam tratadas como prioridade.

O presente estudo não teve por finalidade esgotar o diálogo acerca do tema abordado, mas almeja que este auxilie como subsídio teórico para futuros trabalhos acadêmicos, assim como contribuir para com a ação profissional da categoria de assistentes sociais que atuam dentro de organizações não governamentais.

ANALYSIS OF SOCIAL PROFESSIONAL ASSISTANT YEAR IN NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS (NGOs): A Reflection From The Experience Supervised Internship

Author: Maria Priscila Rodrigues de Lima

ABSTRACT

With the structural crisis of capital and its need for reorganization in the decade of 1990 in Brazil to the consolidation of the neoliberal project, which culminates in a state of reset process which transfers to the third sector the responsibility to meet social needs population and privatizes some essential rights of society. It is in this context that the Non-Governmental Organizations (NGOs) are expressions of organized civil society and become a new occupational field partner for professional social service. To better understand the referred theme this article aims to analyze the professional practice of social work in NGOs primarily analyzing the emergence of the third sector in the Brazilian neoliberal context, followed by an approach on the historical trajectory of NGOs in Brazil, followed by an analysis as performance of social service with the NGOs and their implications for professional practice. The theme for the option was given, from the experience of the Supervised Internship in Social Work in CENTRAC- Cultural Action Center institution in the years 2014 and 2015. This article sets up a literature review and systematization of Supervised Internship Experience with analysis materials already developed. From the theme of reflection it is clear that the social worker at the same time experiences, faces the expressions of exploitation and domination of capital over labor. We can conclude, noting the work of professionals committed to the ethical-political project of Social Work in the search for a constant theoretical training, political, technical and operative to carry out actions to give effect to the rights against the possibilities and limits imposed by capitalist society.

Keywords: Neoliberal Project; Non-Governmental Organization (NGO); Social service; Professional Practice; Third sector.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Baitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Brasília: CFESS; São Paulo: Cortez, 2012.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL – CENTRAC. Disponível em <<http://centrac.org.br/>>. Consultado em 04 de Abril de 2016.

_____. Disponível em <<http://centrac.org.br/quem-somos/historia/>>. Consultado em 04 de Abril de 2016

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1. ed. CFESS, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social**. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Consenso de Washington"; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 16 de março de 2016.

PROJETO COOPERAR PARA MELHOR COLETAR E A VIDA MELHORAR: Apoio às Condições de Vida e Trabalho dos/as Catadores/as dos Municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas, do Estado da Paraíba (CENTRAC, 2011).

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.